

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

241

INSCRIÇÕES 829-831



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2023

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Todos os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação | CEAACP

Toda a colaboração deve ser dirigida a:
fe.revista@uc.pt

Ficheiro Epigráfico | Instituto de Arqueologia | Palácio de Sub-Ripas
Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



ESTELA FUNERÁRIA DE TORRES VEDRAS
(*Conventus Scallabitanus*)

Durante o mês de Outubro de 2021, o signatário foi contactado, através de uma colega (Catarina Costeira), por um conservador-restaurador com o qual havia prévia colaboração laboral. Este contacto deveu-se a um pedido de informação informal quanto a uma lápide que tinha surgido na propriedade de um seu amigo, da qual enviou a fotografia que se reproduz. Na troca de correio electrónico que se seguiu, o signatário forneceu uma apreciação sumária do monumento e solicitou que fosse facultado acesso presencial para que este pudesse vir a ser convenientemente estudado e publicado. Todavia, por parte do anónimo proprietário seguiu-se uma total ausência de comunicação, aparentemente motivada por um conflito anterior que terá tido com a arqueologia municipal local. Lamentavelmente, o proprietário nem sequer acedeu a fornecer qualquer dado relativo às dimensões da peça e ao local exacto da descoberta, ou mesmo uma fotografia do monumento completo. Em vista desta situação, é, em todo o caso, imperativo proceder à elaboração da presente nótula, para que não se perca, pelo menos, o registo epigráfico.

As informações que se lograram reunir são diminutas: a pedra está numa propriedade próxima de Torres Vedras. Jazia no terreno, desde o tempo do anterior proprietário, com a face inscrita virada para baixo e madeiras depositadas em cima. Trata-se, evidentemente, de uma estela funerária, datável do séc. I d. C. Felizmente, a fotografia é suficientemente esclarecedora para que a leitura não apresente problemas:

IVLIA · Q(uinti) F(ilia) / ALBVRA / H(ic) · S(ita) · EST //

“*Iulia Albura*, filha de *Quintus*, está aqui sepultada.”

O gentílico e o *praenomen* paterno são perfeitamente latinos mas o *cognomen*, *Albura*, é de origem paleohispânica. O antropónimo *Alburus*, *-a*, tem diversas ocorrências sobretudo na *Lusitania* interior (Vallejo, 2005, pp. 122-123). Algumas, porém, são relativamente próximas de Torres Vedras, nomeadamente três *Alburae*, de Leiria (*CIL* II 341), Ourém (*CIL* II 73) e Almourol (*CIL* II 6271). E também, bastante perto – em Alcainça, Mafra –, um cipo prismático provavelmente um pouco mais tardio (mas mesmo assim datável ainda do séc. I) que foi mandado fazer a *Maria Maxuma* pela sua mãe, *Caecilia Albura* (Matias, 2019, pp. 156-157, nº IX e FIG. 4).

Quanto ao gentílico *Iulius*, *-a*, temos neste novo monumento mais um testemunho da sua desmedida popularidade na *Lusitania*, como aliás na *Hispania* em geral – e, muito especialmente, no *municipium Olisiponense* – devida por certo à longa influência da onomástica pessoal de Júlio César e do imperador Augusto. Alastrou, sem dúvida, desde colonos de proveniência itálica e seus descendentes a libertos e indivíduos de origem indígena (Abascal, 1994, p. 30).

Relativamente ao formato e decoração da estela, encontramos paralelos designadamente nas paragens setentrionais da *Hispania*, havendo claras analogias com algumas lápides da zona de Bragança, com características que por certo radicarão no mesmo mundo simbólico-cultural, embora no seu caso sejam de granito e o tímpano apresente suástica flamejante. São exemplos, entre outros possíveis, uma estela actualmente anepígrafa proveniente de Miranda do Douro (Fernandes, 2002) e a estela de *Alia Liberta*, de Faílde (Redentor, 2002, pp. 68-69, n.º 18, e est. VI, 21), com marcadas semelhanças.

A presente estela integra-se claramente num conjunto de monumentos particular – e muito distinto do restante panorama epigráfico da região – que se encontra no Norte do *municipium Olisiponense* (genericamente nas zonas de Torres Vedras e Alenquer) e que apresenta características afins, como o material de construção, a onomástica reveladora de traços indígenas e a de-

coração com analogias no interior da *prouincia Lusitania* e no Norte da Península Ibérica em geral. Será este específico grupo epigráfico objecto de mais detida publicação a breve trecho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIL II = Ver HÜBNER, 1869 e 1892.

ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid: Universidad Complutense; Murcia: Universidad.

FERNANDES, C. A. (2002) – 306 – Estela actualmente anepígrafa. In CARDIM RIBEIRO, J., ed. – *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 559.

HÜBNER, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlim.

HÜBNER, E. (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae. Supplementum*. Berlim.

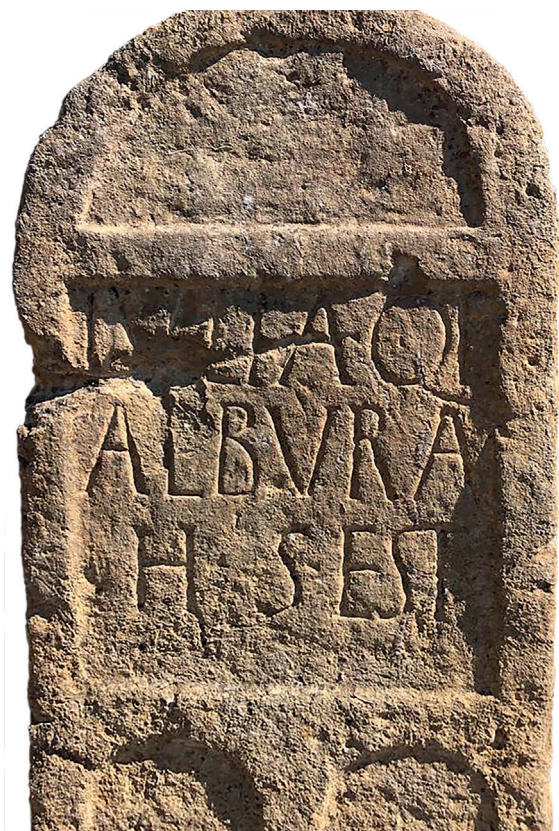
MATIAS, C. (2019) – Epigrafia romana de Mafra. In CAESSA, A.; CAMPOS, R. [coord.] – *Lisboa Romana*; Felicitas Iulia Olisipo. Vol. 1: *Os monumentos epigráficos*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 145-168.

REDENTOR, A. (2002) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

VALLEJO, J. M. (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria/Gasteiz: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

RICARDO CAMPOS¹

¹ Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



AN UNPUBLISHED FUNERARY INSCRIPTION
FROM AUGUSTA EMERITA

Part of the World History-collection at the Department of History (Zhuhai Campus) of Sun Yat-Sen University, China, is a small Roman funerary altar. According to the available information it was discovered in or near Mérida in Spain, the ancient *caput provinciae* of Lusitania, and kept for decades in a private collection in Portugal.

The dimensions of this marble altar are 18×9.5×6.9 cm. From the original bottom only a small part of the left front has survived. Originally the altar was resting on an undecorated rectangular basis with a height of 2 cm. Above the base, a circumferential profile band forms the transition to the shaft. On the front of the shaft a four-line inscription is incised (FIG. 1), whereas the back is decorated with a finely modelled *ascia* in high relief (FIG. 2). The lateral surfaces are flattened and originally surely had been polished. At the top, a profiled band leads to a cover plate, on which an unadorned rectangular *corona* rests that is flattened at the top. The abbreviation DMS is engraved on the front of this *corona*.

The height of the letters (v. 1-5) is between 1.5-1.9 cm. Letter forms are the *capitalis rustica*, sometimes with elements of the *libraria*. No interpunctuation can be observed except at the end of the text in line 5, where a *hedera* is engraved. Apart from several damages in the centers of line 2 to 4, the text is well readable.

D M S
V I C T O R
M E S I V M
V I I [-] H S E
S T T S (*hedera*)

DMS is the well-known abbreviation for *Dis Manibus sacrum*. Its use is a first chronological hint which helps us to date it roughly between the end of the 1st century and the 3rd century.¹ With great caution, the letter forms point presumably to the 2nd century. The name of the deceased, *Victor*, can be read in line 2. No further elements of his name appear. *Victor* is a quite common Roman name, well attested in Mérida and Lusitania.² In the third and fourth lines the indication of the age is given: MESIVM = *me(n)sium* can be read in line 3. The N was omitted, a phenomenon of vulgar Latin which can be observed quite often, e. g. in an inscription from Tansley Moor, Derbyshire.³ Apparently the deceased died before he was at least one year old. The fourth line gives on the left side the number of months: the V is clear, followed by at least two vertical lines of which only the lower parts survived. Theoretically, there is space in the damaged area for one more I, so that we can reconstruct an age of at least seven months, however, more likely of eight months.

The line closes with the common abbreviation HSE, followed in the last line by STTS. At the end of the line the writer made apparently a mistake: instead of a L he inscribed again S. The same mistake can be observed e. g. in *CIL* II 2369 and *CIL* XIII 5403. Therefore, the form at the end of the text must undoubtedly be corrected to the common abbreviation

¹ Ch. BRUUN – J. EDMONDSON, *The Epigrapher at Work*, in: Ch. BRUUN – J. EDMONDSON (eds.), *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*, Oxford 2015, p. 15.

² Cf. M. NAVARRO CABALLERO – J. L. RAMÍREZ SÁDABA (coord.), *Atlas antropológico de la Lusitania romana*, Mérida/Burdeos 2003, p. 341 with map 326.

³ See for instance R. S. O. TOMLIN, *Britannia Romana: Roman Inscriptions and Roman Britain*, Oxford/Philadelphia, 2018, pp. 288-289.

HSE STTL = *hic situs est sit tibi terra levis*.

The original text thus can be read:

D(is) M(anibus) s(acrum) / Victor / me(n)sium / VII[I?]
h(ic) s(itus) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) <s=l>(evis).

To the sacred Manes! Victor, aged 7 (or 8?) months, lies here, may the earth rest lightly on him.

As already mentioned, a finely carved *ascia* can be observed on the rear of the *ara*. It underlines the function of the *ara* as funerary monument.⁴

This inscription refers to an infant named *Victor* who died under the age of one year. Funerary inscriptions on stone are quite rare for such small children. Regarding to such monuments in Rome, B. Rawson stated:

“Epitaphs for those under 1 year, or even under 2 years, are a small proportion of all extant epitaphs. My rough calculation is that in the almost 40,000 inscriptions in *CIL* VI only about 170 are for children under 1 year of age, i. e. about 0.4 per cent.”⁵

A similar phenomenon can be observed at *Augusta Emerita*: among more than 800 (868) *tituli sepulcrales* collected in the Epigraphic Database Claus-Slaby, only two for infants died under 1 year could be found.⁶

LI HONGLIANG ⁷

⁴ The precise meaning of the *ascia* repectively of the term *sub ascia dedicare*, which can be observed in the western part of the Roman Empire, is still discussed, cf. B. MATSSON, *The ascia symbol on Latin epitaphs*, Göteborg 1990; P. HERZ, s. v. *ascia*, *Brill's New Pauly*, vol. 2, Leiden/Boston 2003, col. 93-94.

⁵ B. RAWSON, *Children and Childhood in Roman Italy*, Oxford 2003, p. 344; cf. also P. ROTHENHÖFER, *Tod in Rom: Fünf unedierte lateinische Grabtituli aus Rom*, in: M. Arslan – Ferit Baz (eds.), *Arkeoloji, Tarih ve Epigrafinin Arasında: Prof. Dr. A. Vedat Celgin'in 68. Doğum Günü Onuruna Makaleler*, Istanbul 2018, p. 768.

⁶ *NEFAE* 00029, and *CIL* II 540.

⁷ Sun Yat-Sen University, Department of History (Zhuhai Campus), Zhuhai, China.



1



2

830

MARCO ROMANO EPIGRAFADO
DA RUA DAS CANASTRAS
(SANTA MARIA MAIOR – LISBOA)

O marco objecto desta notícia (FIG. 1) foi recolhido, a 28 de Novembro de 2022, no prédio com os n^{os} 12-16 da Rua das Canastras, freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa, no decorrer do acompanhamento arqueológico, aí realizado pelo consórcio Empatia e Imperio Arqueologia, dos trabalhos de adaptação das infraestruturas de saneamento do rés-do-chão, bem como da construção do poço do elevador e poste de sustentação.

Numa primeira fase foram realizadas sondagens arqueológicas, que identificaram níveis de entulho para nivelamento do local após o terramoto de 1755, as quais, por sua vez, cobriam uma estrutura (muro) e contextos atribuíveis ao período romano.

Foi durante a fase posterior, ao abrir a caixa de fundação para o poste de sustentação, que se encontraram fragmentos da parte superior do que, de imediato, nos pareceu ser um miliário romano. Estava bastante danificado, em virtude de ali terem ocorrido obras, que o não tiveram em atenção, nomeadamente por ocasião da instalação de infraestruturas, já no séc. XX.

Apenas se conservaram duas linhas de texto, estando a segunda incompleta. É de calcário róseo, de formato cilíndrico, tendo vestígios de lhe ter sido esculpido um ‘capitel’ (FIG. 2), circunstância que, a ser original como parece (e não resultante de qualquer reutilização), será pouco comum em miliários.

Dimensões (cm): altura/largura/diâmetro = 26 x 32 x 16;
Altura do ‘capitel’ = 5.

D(*omino*) N(*ostro*) / FLAV[IO] / [...]

Ao nosso senhor Flávio...

Altura das letras (cm): l. 1: D = 6, N = 5,5; l. 2: F = 7, L = 6,
A = 6,5. Espaços: 1: 4,5; 2: 1,5 – 2.

Caracteres com serifas, gravados com estilete. F de barra superior levemente ondulada para cima e barra mediana um tudo-nada mais curta, rectilínea. O recorte, simétrico, do A sugere ter sido gravado num só movimento; daí o formato dos vértices inferiores e o facto de não existir vértice superior em ângulo, mas sim convexo e bem marcado por serifa; o travessão é côncavo. Uma gravação a pressupor, portanto, um esboço prévio, feito à mão levantada, mas dotado de regularidade.

A posição das letras da 1ª linha, ou seja, a paginação segundo eixo de simetria que daí pode deduzir-se leva-nos a pensar que a l. 2 apenas terá a palavra FLAVIO, como ocorre, por exemplo, no miliário de Talavera de la Reina¹. Haveria, naturalmente, mais duas ou três linhas, a completar a identificação do imperador.

Domino nostro é expressão dedicatória. Documenta o que começou a ser prática a partir do século III, como Pierre Salama teve oportunidade de sublinhar: o miliário deixa de assumir funções predominantemente informativas, para atestar, nas vias por onde todos passavam, a ‘presença’ da autoridade imperial. Esse, o motivo por que se usa o dativo – «ao nosso senhor» – porque desta sorte se consubstancia e em pedra se eterniza a homenagem dos súbditos. Aliás, não carece – nem importa! – de haver informação acerca do dedicante particular ou da comunidade de quem partiu a iniciativa: é o *populus Romanus* na sua totalidade, que a promoveu!

Por não ser muito conhecida, valerá a pena transcrever aqui as passagens mais significativas dos escritos de Pierre Salama que veiculam essa opinião.

¹ D N / FLA(*vio*) / IVLI/ANO (HEpOL 348).

Assim, em 1951,² faz notar «que os miliários de Djemila parecem ter sobretudo como função prestar homenagens de lealdade aos soberanos reinantes» (p. 265) e explica:

«Com efeito, entre as homenagens que as municipalidades habitualmente prestavam aos príncipes e que se traduziam, pela maior parte das vezes, na construção de monumentos honoríficos como estátuas, arcos ou templos, o miliário, simples coluna gravada com uma inscrição, devia parecer como a solução muito menos dispendiosa. Erguida num lugar frequentado do centro urbano, passagem estreita donde partiam as vias, atraía o olhar do visitante com tanta maior facilidade do que a exiguidade do lugar poderia proporcionar. Aí só o imperador era honrado, enquanto que, no fórum, as efígies imperiais encontravam-se em competição com um amontoado de estátuas dedicadas a particulares» (p. 266).

Pierre Salama volta ao tema em 1955³:

«Do ponto de vista gramatical [...], é o dativo o único caso empregado nas designações imperiais. Estes miliários são, por consequência, dedicatórias com que a colónia de *Rusguniae* quis honrar os soberanos e os marcos são eles próprios monumentos de devoção. Foi mesmo possível seguir, por vezes, uma evolução homogénea da natureza jurídica e psicológica dos miliários que determinou fazer com que, pouco a pouco, um monumento utilitário, destinado primitivamente a mencionar uma distância ou comemorar a execução dum trabalho, se transformasse num instrumento honorífico e de pura propaganda» (p. 22).

Houve oportunidade de chamar a atenção para esse facto, em relação aos miliários da Geira⁴ e Sabine Lefebvre acabaria por considerar os miliários dos séculos III e IV como uma forma específica de recepção da autoridade imperial⁵.

² SALAMA, Pierre, «Les bornes milliaires de Djemila-Cuicul et leur intérêt pour l'histoire de la ville», *Revue Africaine*, 95 1951 213-272.

³ «La colonie de Rusguniae d'après les inscriptions», *Revue Africaine* XCIX 1955 5-20.

⁴ ENCARNÇÃO (José d'), «Miliários da Geira: informação e propaganda», *CADERNOS de Arqueologia* 12-13 1995-1996 39-43. <http://hdl.handle.net/10316/28576>

⁵ LEFEVRE (Sabine), «Les milliaires tardifs, une réception particulière de l'autorité impériale. Un paysage particulier le long des voies de Lusitanie», *in*

Será, contudo, ousadia propor que, em vez de miliário, se classifique este monumento como ‘pedestal’, mormente devido à possível existência de um ‘capitel’. Coluna poderia ser, no cimo da qual se poria o busto do homenageado. Não iremos, porém, tão longe, até porque precisamente os miliários fotografados por Salama têm molduração no cimo e não se põe a hipótese de sustentarem um busto.

Merece particular atenção a citada expressão dedicatória, *Domino Nostro*. Desde logo, a presença do possessivo intui um relacionamento que se deseja afectivo, próximo. Realça Robert Étienne que são esses títulos – *dominus, domina* – «os únicos que reforçam as características quase-divinas do soberano»⁶. Por seu turno, Jean-Marie Lassère não deixa de sublinhar que, «nas inscrições, o primeiro testemunho duma evolução do regime imperial em função de uma forma mais autoritária está patente no uso da expressão *d(ominus) n(oster)*, que entra em concorrência com *Imperator Caesar*, à cabeça da enumeração dos títulos imperiais, quando se trata de uma homenagem pública ao imperador (e não, obviamente, na titulação oficial do imperador)». «Esta fórmula», acrescenta, «que se difundiu no decorrer do século III, generaliza-se a partir da tetrarquia e de Constantino»⁷.

Sendo assim, quem seria aqui o homenageado? Vários são os Flávios pelos finais do século III. Chama-nos, todavia, a atenção de, em *Bracara Augusta*, se haver registado o achamento de dois ‘miliários’ dedicados, respectivamente, a Constâncio (por volta do ano 291) e a Crispo (depois de 316): *D(omino) N(ostro) FLAVIO / VALERIO / CONSTANTIO / NOBILISSIMO / CAESARI* [HEpOL 10 302]; e: *D(omino) N(ostro) FLAVIO / IVLIO / CRISPO / NOB(ilíssimo) CAES(ari)* [HEpOL 10 303]. Esses dois testemunhos incitam-nos a pôr a hipótese de que também em *Olisipo* se

HORSTER (Marietta) e HÄCKLER (Nikolas) [edit.], *The Impact of the Roman Empire on Landscapes* (Proceedings of the Fourteenth Workshop of the International Network Impact of Empire – Mainz, June 12-15, 2019). Leiden: Brill, 21 Oct 2021, p. 131-153. https://doi.org/10.1163/9789004411449_008

⁶ ÉTIENNE (Robert), *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d’Auguste à Dioclétien*. Paris, 1958, 1974 (reimp.), p. 509.

⁷ LASSÈRE (Jean-Marie), *Manuel d’Épigraphie Romaine*. Picard, Paris, ²2007, p. 606-607.

houvesse querido homenagem um dos Césares aquando da sua nomeação. Qual, só a descoberta do resto da epígrafe o poderia dizer.

Não adianta conjecturar muito acerca do local de *Olisipo* para o qual esta coluna foi originalmente pensada. Situa-se a Rua das Canastras na proximidade da Casa dos Bicos, donde provém o miliário dedicado a Probo (276-282), de feitura muito semelhante à deste e no mesmo tipo de material [HEpOL 22 958]. Poder-se-ia, pois, pensar – na sequência do raciocínio, atrás referido, de Pierre Salama – que por aí eventualmente se situaria uma das saídas da cidade, onde ambos os miliários teriam sido postos.

RUI RIBOLHOS⁸

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO⁹



1

831

⁸ IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências, FCSH-UNL.

⁹ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.



2

— 26 cm —

831